

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Economia e política

Brasil
A reabertura do Congresso, após um mês de recesso, remete à questão de sempre: a natureza política da crise brasileira. Em entrevista à revista **Veja** desta semana, o vitorioso ministro Domingos Cavallo — que reduziu a hiperinflação da Argentina para 14 por cento ao ano — ensina: “Reformar uma economia é tarefa política”.

E diz mais: “Duro não é conhecimento econômico. Duro é saber como são tomadas as decisões políticas, a forma com que se aprova uma lei no Congresso, como se convence a opinião pública e os empresários de que o novo plano é para valer. Isso é política, não economia”.

O diagnóstico não é propriamente novo, mas para nós continua atualíssimo. O Brasil, na última década, já experimentou numerosas e até engenhosas fórmulas econômicas, desde as mais ortodoxas às mais eterodoxas. Mudou sucessivamente o nome da moeda, tirou zeros que a inflação produzira (e a seguir reporia), congelou preços, confiscou poupança, arrochou salários, inventou tablitas, mudou ministros e presidentes e nada feito. Como não dispunha — e continua sem dispor — de lideranças políticas acreditáveis e de um sistema partidário funcional, não logrou êxito em nenhuma daquelas tentativas.

No único momento em que a opinião pública mobilizou-se em massa em favor de um plano econômico, o Cruzado, foi duramente frustrada em sua boa-fé. Desacertos técnicos somaram-se à manipulação política e o plano fracassou, aumentando o fosso entre a sociedade e sua elite dirigente. Esse fosso, cada vez mais profundo e apavorante, é a causa mortis de todas as fórmulas econômicas, concebidas nos últimos tempos pelos sucessivos ministros da Fazenda.

Por isso mesmo, o nomeação do senador Fernando Henrique Cardoso, um raro exemplar de político acreditado — moral e profissionalmente — pela sociedade, gerou esperanças a alguma euforia na opinião pública. Mas, diz o provérbio, uma andorinha só não faz verão. E o ministro esbarra no obstáculo de sempre: a falta de funcionalidade do processo político brasileiro, que, por sua vez, é fruto do caos partidário e da capenga legislação eleitoral.

Sem que essas reformas se façam — a partidária e a eleitoral — o processo político continuará caótico e disfuncional. E a democracia brasileira continuará impotente para solucionar os múltiplos desafios da crise. Com mais de 20 partidos na Câmara — alguns com apenas um ou dois deputados — não há negociação política elevada, que atenda o interesse público. Há no máximo um processo de compra e venda, sem garantia de entrega da mercadoria por qualquer das partes.

Quando Fernando Henrique assumiu, o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que conhece bem a esquizofrenia do universo político brasileiro, foi voz dissonante em meio à euforia geral. Previu que em três meses o ministro jogaria a toalha, derrotado, como seus antecessores, pela inviabilidade política do governo Itamar. A própria gênese do Governo explica essa inviabilidade. Nasceu de um impeachment, sem identidade doutrinária e sem base parlamentar. A aparente unanimidade da posse era apenas isso: aparente. Itamar tentou agradar a todos, formando um ministério multipartidário. Conseguiu apenas gerar um ambiente de disputa política no Governo, trazendo para o Executivo a disfuncionalidade que paralisa o Congresso. Fernando Henrique que o diga.